

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 18 a 22 de outubro, em Brasília.

AUXÍLIO EMERGENCIAL, DESAFIOS DO GOVERNO & RETA FINAL DA CPI

O Governo pode decidir sobre nova prorrogação do auxílio emergencial. No próximo dia 31, encerra-se a última fase do auxílio emergencial pago a famílias vulneráveis. Apesar disso, o Palácio do Planalto considera nesta semana eventual prorrogação do benefício, especialmente porque a Medida Provisória que cria o Auxílio Brasil e substitui o Bolsa Família ainda não foi aprovada pelo Congresso.

O novo programa social depende também da aprovação de outras matérias. De acordo com o ministro da Cidadania, João Roma, um dos objetivos do Auxílio Brasil é elevar o valor do benefício pago às famílias para R\$ 300 e aumentar o número de beneficiários. No entanto, para que haja espaço no Orçamento do ano que vem para custear a despesa, o Governo Federal conta com a aprovação da reforma do imposto de renda, em tramitação no Senado, e da limitação ao pagamento dos precatórios, aguardando votação na Câmara.

No atual cenário, os maiores desafios do Executivo estão no Senado. Na semana passada, o Governo conseguiu aprovar a alteração na cobrança de ICMS sobre combustíveis na Câmara dos Deputados. Entretanto, o projeto deve sofrer resistência no Senado, cujo presidente, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), já prometeu levar em consideração a posição dos governadores – os

quais têm apontado queda de arrecadação dos estados se a matéria for aprovada conforme o texto da Câmara. Nessa perspectiva, o Planalto deverá dobrar os esforços de articulação, para amortecer a influência dos governadores e reduzir as resistências do Senado.

Ainda em relação aos combustíveis, possível greve de caminhoneiros começa a ser anunciada. Algumas entidades já iniciaram a mobilização da categoria para uma possível paralisação no dia 1º de novembro, em defesa da política de frete mínimo e da redução no valor do diesel. Nesta segunda (18), o Presidente da República afirmou que o Governo irá “resolver a questão do diesel” nos próximos dias, mas não especificou eventuais medidas.

Em outra frente, a CPI da Pandemia entra em sua reta final com divergências entre os membros. Está marcada para quarta-feira (20) a leitura do relatório final do senador Renan Calheiros (MDB/AL), desfavorável ao Governo Federal. A imprensa teve acesso a trechos do documento, o que causou desgaste entre os membros do colegiado, especialmente porque foram divulgados itens sobre os quais não há consenso, como o indiciamento de Bolsonaro pelo suposto crime de genocídio da população indígena e o indiciamento de militares, como o ministro Walter Braga Netto (*Defesa*). A expectativa dos senadores da oposição é de que as divergências possam ser superadas ao longo desta semana e o relatório seja votado no próximo dia 26.

Destaque da Semana

Terça

- A [Câmara dos Deputados](#) pode votar a [PEC 5/2021](#), que altera a composição e as regras do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).
- O [Senado Federal](#) poderá votar a [PEC 17/2019](#), que inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - **Jair Bolsonaro** participou, nesta segunda (18), da cerimônia alusiva ao lançamento da Jornada das Águas, em São Roque/MG.

Agenda do Vice-Presidente - **Hamilton Mourão** participou, nesta segunda (18), da abertura do Fórum Mundial de Bioeconomia, que acontece em Belém/PA. Mourão é responsável por presidir o Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Casa Civil **Agenda do Ministro** - **Ciro Nogueira** se reuniu, nesta segunda (18), com a ministra Tereza Cristina (Agricultura).

ANPD **Agenda do Diretor-Presidente** - **Waldemar Gonçalves** participou, nesta segunda (18), do lançamento da pesquisa Fórum LGPD.

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro - **Fábio Faria** se reuniu, nesta segunda (18), com o secretário Artur Coimbra (Telecomunicações) e com a secretária Estella Dantas (Comunicações).

Na quarta-feira (13), o ministro participou da Cerimônia para formalizar a assinatura de Portaria que homologou a Habilitação de Segurança do Ministério das Comunicações como Órgão de Registro Nível 1 no Tratamento da Informação Classificada, junto com o ministro Augusto Heleno (GSI).

ANATEL
Agência Nacional de
Telecomunicações

906ª Reunião do Conselho Diretor - A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realiza, a próxima quinta-feira (21), a **906ª Reunião do Conselho Diretor**, cujo início está previsto para as 14h, em Brasília. Dentre os itens da [pauta](#), destacamos.

- **Relatoria do conselheiro: Emmanoel Campelo de Souza Pereira**
 - » **Item 001** - Proposta de revisão da metodologia para cálculo da sanção de multa em decorrência de infração às normas de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações;
 - » **Item 007** - Proposta de Regulamento Geral de Exploração de Satélites.
- **Relatoria do conselheiro: Carlos Manuel Baigorri**
 - » **Item 021** - Proposta de alteração do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612/2013](#).
- **Relatoria do conselheiro: Vicente Bandeira de Aquino Neto**
 - » **Item 025** - Proposta de Revogação de normativos (Guilhotina Regulatória), conforme previsão constante do item 26 da Agenda Regulatória da Agência para o biênio 2021-2022.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - Paulo Guedes se reuniu, nesta segunda (18), com procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano. Além disso, se reuniu com a secretária Martha Seillier (PPI).

Na quarta (20), às 16h, o ministro participa do Incorpora 2021, o Fórum Brasileiro das Incorporadoras promovido pela ABRAIN, que debate sobre decisões estratégicas para o setor e traz informações do cenário atual, perspectivas e expectativas de crescimento para o mercado imobiliário.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Roberto Campos Neto realizou, nesta segunda (18), uma visita à redação da Folha de S. Paulo. Ademais, se reuniu com Arlindo Raggio Vergaças Junior, sócio fundador e diretor executivo da JGP Gestão de Recursos Ltda, em São Paulo.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 subiu de US\$ 70 bilhões para US\$ 70,25 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para o ano de 2021 subiu de 8,59% para 8,69%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de crescimento de 5,04% para 5,01% em 2021. O mercado financeiro manteve em 8,25% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021. A projeção para a taxa de câmbio do dólar no fim de 2021 manteve-se em R\$ 5,25.

BNDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

Agenda do presidente - Gustavo Montezano participou, nesta segunda (18), de reuniões com os ministros Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) e Paulo Guedes (Economia). Ademais, participou da palestra virtual "Fórum Mundial de Bioeconomia", no painel intitulado "Sustainable Financing".

MEC

Ministério da Educação

Agenda do Ministro - Milton Ribeiro se reuniu, nesta segunda (18), com a Lia Maria Herzer Quintana, reitora da URCAMP, para tratar sobre o Sistema de Financiamento Educacional Brasileiro – FEDUC. Além disso, participou do evento do lançamento do Guia de Educação para Refugiados/ACNUR e da solenidade de apresentação de projetos e programas do ministério. Ademais, se reuniu com o Paschoal Piragine Jr, para tratar sobre Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS).

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O Plenário da **Câmara dos Deputados** pode votar nesta semana, entre outros projetos, a [PEC 5/2021](#), que altera a composição e as regras do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público); o [PL 1026/2021](#), Determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País (IPCA); o [PL 4513/2020](#), que institui a Política Nacional de Educação Digital; e o [PL 3339/2021](#), que prorroga prazos relativos a critérios que orientam a aplicação dos recursos do FUNDEB.

Senado Federal

O Plenário do **Senado Federal** pode apreciar, entre outros, a [PEC 17/2019](#), que inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais; o [PL 1539/2021](#), que estabelece nova meta de compromisso nacional voluntário sobre redução de emissões de gases de efeito estufa e seu depósito junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas; e o [PL 6545/2019](#), que estabelece incentivos à indústria da reciclagem.

Comissões

TECNOLOGIA

Câmara | CCTCI | Terça (19) | 11h00

5G

Reunião – A Subcomissão Especial Tecnologia 5G no Brasil, vinculada à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática reúne-se para apresentar Plano de Trabalho.

GOVERNO

Câmara | PEC 122/15 | Quarta (20) | 14h00

Orçamento

Reunião – A Comissão Especial destinada a proferir parecer à [PEC 122/2015](#), que prevê a vedação de encargos sem previsão orçamentária, realiza reunião para instalação da comissão e eleição do presidente e vice-presidentes.

MEIO AMBIENTE

Câmara | COMAPA | Segunda (18) | 14h00

Carbono neutro

Audiência Pública – A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural promoveu audiência pública para debater os *“48 anos da Embrapa e os avanços da certificação carbono neutro”*. O evento contou com a participação do presidente da Embrapa, **Celso Moretti**.

ECONOMIA

Câmara | CEDES | Terça (19) | 09h00

Retomada econômica pós pandemia

Audiência Pública Extraordinária – O Centro de Estudos e Debates Estratégicos promove audiência pública com o tema *“Crédito, Juros e Financiamento para a Recuperação e o Desenvolvimento”* visando definir o papel do Estado, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil nas estratégias e políticas de recuperação da economia e de geração de emprego e renda no pós-pandemia.

EDUCAÇÃO

Câmara | Comissão Externa | Segunda (18) | 14h00

Primeira Infância

Audiência Pública – A Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, projetos e programas do governo federal, voltados para a primeira infância promoveu audiência pública com o tema "O Retrato atual da Primeira Infância no Brasil".

Senado | CE | Quinta (21) | 09h00

Fundeb

Audiência Pública – A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal promove audiência para tratar da atualização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), prevista na Lei nº 14.113/2020. Participam do debate, entre outros, o secretário de Educação de Sergipe e representante de Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), **Josué Modesto**; o coordenador-geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição de Arrecadação do Salário-Educação (CGFSE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), **Antônio Correa Neto**; o especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental e representante de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), **Armando Amorim Simões**; e a secretária de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), **Marta Vanelli**.

Câmara | CE | Sexta (22) | 10h00

Audiência Pública – Já a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizará audiência pública para tratar da atualização da lei que regulamenta o Fundeb (PL 3418/2021). Participam do debate, entre outros, a diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Educação (MEC), **Sylvia Cristina Gouveia**; o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), **Vitor de Ângelo**; o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), **Paulo Ziulkoski**; e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), **Heleno Manoel Gomes Araújo Filho**.

Câmara | CFFC | Quarta (20) | 09h00

Comparecimento de ministro de Estado

Audiência Pública – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle recebe o ministro da Educação, **Milton Ribeiro**, a fim de prestar esclarecimentos sobre a criação de dez novos Institutos Federais e a nova política de indicação de reitores.

CPI PANDEMIA

Senado | CPIPANDEMIA | Segunda e Terça | 10h30

Covid-19

Oitivas – A CPI ouve esta semana os depoimentos de vítimas diretas e indiretas atingidas pela Covid-19 (18); e de Elton da Silva Chaves, representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde junto à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – Conitec (19).

Política

Pauta da Câmara não prevê realização de audiência pública para Guedes explicar offshore. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), divulgou na sexta-feira (15) a pauta de plenário da próxima semana, com previsão de votações entre terça-feira e quinta-feira e sem a audiência pública, para que o ministro da Economia, Paulo Guedes, preste esclarecimentos sobre a empresa offshore que mantém. Fonte: Valor Econômico

Senado trava seis indicações ao Conselho do MP e pode afetar atividades do órgão por falta de quórum. A demora do Senado em pautar a votação em plenário de seis indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ameaça parar as atividades do órgão por falta de quórum. Responsável pela fiscalização administrativa e disciplinar dos membros do Ministério Público, o conselho precisa de pelo menos sete dos 14 integrantes para abrir sessões. Porém, com o fim do mandato de seis conselheiros e com outras três vagas que já estavam vazias, só restarão cinco conselheiros a partir de quinta-feira. Os seis nomes já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas ainda não foram submetidos ao plenário porque a sessão precisa ser presencial e a aprovação requer os votos da maioria absoluta. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), prometeu aos conselheiros pautar a sessão até o fim do mês. Estão na fila de espera os candidatos Rinaldo Reis (recondução, pelo MP estadual), Oswaldo D'Albuquerque (recondução, MP estadual), Paulo Cezar Passos (MP estadual), Ângelo Farias (MP do Trabalho), Antônio Edílio Teixeira (MP Federal) e Jaime Miranda (MP Militar). Fonte: O Globo

Lira diz ao Supremo que impeachment é 'solução extrema' e defende derrubada da ação que tenta impor prazo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a rejeição da ação que cobra a definição de prazo para análise dos pedidos de impeachment contra o presidente da República. No documento enviado à Corte na sexta-feira, 15, o parlamentar chama o processo de "solução extrema" e argumenta que questões regimentais devem ser analisadas pelo Congresso, e não pelo Poder Judiciário. "Não há que se falar em prazo determinado em sede constitucional para que denúncia por crime de responsabilidade imputada ao Presidente da República seja examinada pela Presidência da Câmara dos Deputados", declarou Lira no documento. Fonte: O Estado de S. Paulo

Governistas articulam reação à CPI da Covid. Enquanto Renan Calheiros (MDB-AL) antecipa detalhes de seu relatório final na CPI da Covid, senadores governistas dão sinais de que não cairão sem atirar contra os adversários opositoristas. Entre outros petardos, vão insistir na atuação de Estados e municípios na pandemia, agora tentando endossar investigações para além do Senado. Eduardo Girão (Podemos-CE) viajou recentemente até Natal para acompanhar sessão em que deputados da Assembleia do Rio Grande do Norte ouviriam o secretário-geral do Consórcio Nordeste, Carlos Gabas. Tratado como investigado na CPI local, Gabas obteve na Justiça potiguar o direito ao silêncio, frustrando a viagem de Girão e a audiência bolsonarista, que alardeava o depoimento nas redes. Nesta semana, a comissão aprovou quebra de sigilos de Gabas. Fonte: O Estado de S. Paulo

Renan admite mudar relatório da CPI da Covid, mas quer manter acusação de genocídio de indígenas. O senador Renan Calheiros admite mudar pontos de relatório final, mas vai insistir no indiciamento do presidente Jair Bolsonaro por genocídio de populações indígenas. Como o blog mostrou, parte do G7 ficou contrariada com a divulgação de trechos do documento antes da discussão com o grupo, e discorda de três propostas de indiciamento. Um deles é o genocídio contra população indígenas. Sobre a insatisfação com a divulgação de trechos do relatório, antes da discussão com senadores, Renan afirmou que o objetivo era tonar público os temas mais complexos, que já estavam em debate com juristas. Além disso, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) entregou na sexta-feira (15) à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid um relatório próprio em que sugere o indiciamento dos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Defesa, Walter Braga Netto, além do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e de mais 15 pessoas. A ideia é que o material seja aproveitado no relatório final do colegiado. Fonte: G1 Notícias e Poder360

Senado poderá ter Frente Parlamentar para continuar o trabalho da CPI da Pandemia. O Senado vai analisar a criação de uma Frente Parlamentar que dará continuidade ao trabalho da CPI da Pandemia, recebendo novas denúncias e monitorando a responsabilização de autoridades. A Frente Parlamentar Observatório da Pandemia de Covid-19 é uma proposta do presidente e do vice da CPI, senadores Omar Aziz (PSD-AM) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) (PRS 53/2021). A frente parlamentar entraria em ação após o fim das atividades da CPI, programado para semana que vem. A ideia é acompanhar as providências judiciais que serão encaminhadas pelo relatório, como os pedidos de investigação e de indiciamento de autoridades. Além disso, a proposta pretende manter um canal aberto para novas denúncias sobre a condução da pandemia no país. A partir delas, a Frente também poderá sugerir iniciativas legislativas para corrigir falhas de gestão da saúde pública. Fonte: Agência Senado

Eduardo Leite diz a empresários que não é 'salvador da pátria' e que abre mão por nome forte de centro.

Em disputa com João Dória nas prévias nacionais do PSDB, o governador gaúcho Eduardo Leite afirmou em um jantar com empresários na noite do domingo (17) que não quer ser o salvador da pátria e que abriria mão da candidatura se houvesse um nome forte para a terceira via. "A gente não pode mais permitir que se acredite que no Brasil a gente vai eleger um mito ou salvador da pátria. Eu não sou candidato a mito nem a salvador da pátria", disse Leite, acrescentando que não se muda o país por ruptura. Fonte: Folha de S. Paulo

Economia

BC: bancos estão preparados para enfrentar novos choques na economia. O Sistema Financeiro Nacional (SFN) está preparado para enfrentar todos os choques macroeconômicos e não há riscos relevantes para a estabilidade financeira do país, nem mesmo em relação à pandemia de covid-19. A avaliação é do Banco Central (BC), em seu Relatório de Estabilidade Financeira, referente ao primeiro semestre do ano, divulgada na segunda-feira (18). "No primeiro semestre de 2021, o SFN manteve as provisões elevadas, as perdas esperadas com crédito se reduziram, a capitalização do sistema bancário melhorou, e a liquidez manteve-se confortável. Esse desempenho está em linha com a evolução positiva da economia doméstica, em um período de recuperação parcial da confiança dos agentes econômicos e de avanço da campanha de vacinação", informou o BC. Fonte: Agência Brasil

Medidas de estímulo à economia executadas pelo governo atingem R\$ 1,169 trilhão. Para mitigar os danos econômicos causados pela pandemia, o governo brasileiro concebeu e colocou em prática um pacote de medidas de estímulo que superou o montante de R\$ 1,169 trilhão. As micro e pequenas empresas (MPEs) e os microempreendedores individuais (MEIs) foram beneficiados com diversas iniciativas, entre as quais o diferimento de impostos como o Simples Nacional, contribuições da seguridade social e pagamento de débitos. A possibilidade de redução de jornada de trabalho e suspensão de contratos, o auxílio emergencial aos MEIs e as linhas de crédito específicas para o segmento são outros exemplos de ações do governo federal. Destaque entre as medidas de apoio às MPEs, o Programa Nacional de Apoio à Microempresa e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) possibilitou a liberação de R\$ 62,4 bilhões em mais de 850 mil operações de crédito. Dessas operações, 74% tiveram como beneficiárias as pequenas empresas, e 26%, as microempresas. Fonte: ASCOM ME

Campos Neto diz que não trabalha com cenário de racionamento de energia. O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou na sexta-feira que as diferentes projeções para a conjuntura energética explicam em parte as diferentes estimativas para o crescimento da economia brasileira no ano que vem. "Nosso crescimento [projetado pelo BC] está em torno de 2%. Algumas pessoas estão com números muito mais baixos", disse, em inglês, durante evento virtual promovido pelo Goldman Sachs. A diferença, explicou, é que essas pessoas "acham muito mais provável um racionamento de energia". "Nós não trabalhamos com esse cenário", disse. Fonte: Valor Econômico

Presidente do IBGE diz que vai tentar conseguir recursos com Congresso para realizar o Censo de 2022. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começa em novembro uma nova rodada de testes preparatórios em todo o País para o Censo Demográfico 2022, mas ainda vai em busca de apoio no Congresso Nacional pela aprovação da totalidade de recursos necessários ao trabalho de campo. O primeiro teste em campo sob as condições adversas da pandemia transcorreu entre 6 a 24 de setembro, na Ilha de Paquetá, na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Os primeiros resultados foram divulgados no sábado, 16. Fonte: O Estado de S. Paulo

CNI lista prioridades do setor privado brasileiro para o G20. Representações do setor empresarial do G20, incluindo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entregaram para a cúpula dos líderes de governo e chefes de Estado dos países membros um documento que pede prioridade em temas como promoção do livre comércio, interrupção do protecionismo e aumento em investimentos em infraestrutura sustentável. Os líderes das maiores economias desenvolvidas e emergentes vão se reunir no fim do mês em Roma. E o braço empresarial do grupo, o chamado B20, fez uma série de reuniões ao longo do ano para discutir como o setor

privado pode se preparar para eventuais futuras crises sanitárias e desastres ambientais, e como apoiar na recuperação econômica sustentável. Fonte: Valor Econômico

Securitização de dívida ativa volta à tona em relatório da PEC dos Precatórios. O relatório da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Precatórios atende uma demanda antiga dos Estados e inclui dispositivo com regras para securitização (venda) de dívida ativa. A medida, historicamente, tem focos de resistências na área econômica do governo federal, por ser vista como uma antecipação de receitas orçamentárias, que pode prejudicar futuros governos. Mas não há um movimento fortemente contrário a ela porque o foco do Ministério da Economia, hoje, é aprovar a PEC para postergar a maior parte das dívidas judiciais e abrir espaço no teto de gastos para seu programa social que visa a suceder o Bolsa Família. De acordo com os dispositivos incluídos no artigo 167 da Constituição, ao vender esses créditos a receber pela União e pelos Estados, o recurso pago pelo comprador ao governo estará livre das vinculações originais. Ou seja, se uma dívida é de um tributo que tem destinação certa que não foi pago, ao securitizar isso o gestor estará livre para aplicar o dinheiro onde bem entender. Fonte: Valor Econômico

Governo mantém regras excepcionais no setor de energia elétrica. A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg) do governo federal se reuniu na sexta-feira (15) e avaliou que as medidas excepcionais que vem sendo adotadas para evitar racionamento seguem sendo necessárias para os próximos meses. Na quinta (14), o presidente Jair Bolsonaro afirmou que iria determinar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a redução da bandeira tarifária de escassez hídrica, patamar mais alto de cobrança extra na conta de luz. "Conforme registrado aos membros da Creg, os resultados apresentados evidenciam a assertividade das prospecções realizadas, bem como a importância das medidas excepcionais em curso, apesar dos custos associados, fruto dos esforços empreendidos especialmente com vistas ao aumento das disponibilidades energéticas e das relevantes flexibilizações hidráulicas em usinas hidrelétricas", informou o ministério em nota. Fonte: Agência Brasil

Orçamento 2022 chega com deficit de R\$ 49,6 bi. O Congresso Nacional começa a analisar a proposta de Orçamento da União para este ano. O texto enviado pelo Executivo prevê um deficit de R\$ 49,6 bilhões nas finanças do governo federal. Já para o produto interno bruto (PIB), a proposta estima um crescimento de 2,51% em relação a 2021. O salário-mínimo deve subir para R\$ 1.169,00. O texto destina R\$ 34,7 bilhões ao programa Auxílio Brasil, que substitui o Bolsa Família. O resultado primário negativo registrado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA – PLN 19/2021), de R\$ 49,6 bilhões, equivale a 0,5% do PIB, estimado para 2022 em R\$ 9,397 trilhões. É uma projeção bem melhor do que a de 1,8%, ou R\$ 170,5 bilhões, estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2022 - Lei 14.194, de 2021). Segundo as Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados, a diferença entre os resultados primários projetados pela LDO e pelo Orçamento de 2022 decorre principalmente da reestimativa da receita líquida feita pelo governo federal, que foi elevada dos R\$ 1,450 trilhão da LDO para R\$ 1,593 trilhão no PLOA 2022. Fonte: Agência Senado

Argentina e Paraguai concordam em revisar tarifa externa comum do Mercosul. A Argentina e o Paraguai se mostraram favoráveis a revisar a tarifa externa comum do Mercosul, um tema que é alvo de controvérsia dentro do bloco, informaram os ministérios das Relações Exteriores dos dois países, em um comunicado conjunto. Os chanceleres de Argentina, Santiago Cafiero, e Paraguai, Euclides Acevedo Candia, afirmaram que "a revisão da tarifa externa comum é um elemento central para a atualização do bloco", que também é integrado por Brasil e Uruguai, segundo nota publicada após a reunião de quinta-feira (14) à noite em Buenos Aires. Fonte: G1 Notícias

MME se reúne com Fundação Cobra Coral para tratar de crise hídrica. O MME (Ministério de Minas e Energia) se reuniu recentemente com representantes da Fundação Cacique Cobra Coral para tratar da crise hídrica que secou reservatórios de hidrelétricas do país em 2021. Em comunicado divulgado no domingo (17), o órgão confirmou a reunião com a ONG, que se define como uma fundação "criada para intervir nos desequilíbrios provocados pelo homem na natureza". É presidida por uma "médium que incorpora o espírito e mentor Cacique Cobra Coral que também já teria sido de Galileu Galilei e Abraham Lincoln". Fonte: Poder 360

Pode ir para a meta de 2022 se não houver choques, diz Campos Neto. O presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto, disse que é possível levar a inflação para a meta de 2022, que é de 3,5%, desde que "outros choques" não aconteçam. A declaração foi feita na sexta-feira (15) durante live realizada

pelo Goldman Sachs. A inflação oficial do país chegou a 10,25% no acumulado de 12 meses até setembro. Esse é o maior patamar desde fevereiro de 2016. O Banco Central trabalha para reduzir o índice de preços para 3,5%, a meta de 2022. Para este ano, a autoridade monetária já reconheceu que não conseguirá reduzir para o objetivo inflacionário. Fonte: Poder 360

CAE analisa contratação de crédito externo pelo Executivo. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa na terça-feira (19), às 9h, três propostas do Executivo para contratação de crédito externo. Se aprovadas pelo colegiado, as mensagens — assinadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes —, tornam-se projetos de resolução e são apreciadas em Plenário. A MSF 40/2021 trata da contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 1 bilhão entre o Brasil e o New Development Bank (NDB). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI). Fonte: Agência Senado

Reforma Tributária

Reforma do IR terá impacto negativo de R\$ 80 bilhões para bancos no curto prazo, diz diretor do BC. A reforma do Imposto de Renda, caso aprovada pelo Congresso, terá um impacto negativo de curto prazo de cerca de 80 bilhões de reais para as instituições financeiras no Brasil e provocará uma queda de 0,5 ponto no índice de Basileia, informou o Banco Central na segunda-feira. O cálculo da autarquia, indicou o diretor de Fiscalização, Paulo Souza, é de que a partir do quarto ano contado da sua aprovação a reforma passará a ter efeitos unicamente positivos, em função da perspectiva de menor pagamento de tributos pelos bancos. Em seu Relatório de Estabilidade Financeira, o BC estimou que a redução de 8 pontos da alíquota do IR das empresas proposta na reforma faria o índice de Basileia do sistema financeiro nacional —que estabelece o requerimento mínimo de capital para cobertura do risco de crédito— cair a 16,4%, de 16,9%, em função da reavaliação de créditos tributários e obrigações fiscais. Fonte: Info Money

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá na quarta (18), a partir das 14h. Dentre os itens da pauta está a retomada do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona alguns pontos da Reforma Trabalhista, como o que determinou os beneficiários da justiça gratuita devem pagar honorários de sucumbência. Ainda na quarta, o Tribunal discute duas ações que questionam alguns pontos da Lei Seca, como a proibição da venda de bebidas alcoólicas em rodovias e o rigor aplicados aos motoristas. Na quinta (19), o Plenário julga a ADI que questiona a competência dos tribunais de contas estaduais para determinar a correção de editais de licitação. Fonte: STF

STF pode concluir nessa semana julgamento sobre planejamentos tributários. O Supremo Tribunal Federal (STF) deve concluir na sexta-feira o julgamento sobre a validade da “norma geral antielisão”. Por enquanto, cinco ministros votaram a favor da norma e um contra. O tema é julgado no Plenário Virtual. Na ação, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) questiona a validade do artigo 1º da Lei Complementar nº 104, de 2001. A norma acrescenta ao Código Tributário Nacional (CTN) a previsão de que a autoridade administrativa pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária. Ainda falta regulamentação. Fonte: Valor Econômico

Relator no STF é a favor da desoneração da folha, mas julgamento é adiado. O Supremo Tribunal Federal adiou a decisão sobre a validade da prorrogação, até o fim deste 2021, da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores econômicos que empregam cerca de 6 milhões de pessoas — com TI e call center entre eles. Na sexta, 15/10, começou, mas foi logo interrompido, o julgamento virtual da ação direta de inconstitucionalidade na qual o governo tenta derrubar o benefício. Relator da ADI 6632, Ricardo Lewandowski votou contra o pedido do governo. Para o ministro, “deve ser prestigiada a interpretação conferida pelo Congresso Nacional ao dispositivo impugnado, no exercício de suas atribuições constitucionais, quando, por

ampla maioria, deliberou por prorrogar a incidência de contribuição social antes instituída, inexistindo qualquer vício de constitucionalidade a ser declarado”. Fonte: Convergência Digital

TSE julgará marco para políticos que espalham fake news sobre urnas. Está previsto para terça (19) julgamento que deve firmar jurisprudência sobre as consequências da propagação de suspeitas infundadas sobre o processo eleitoral. O TSE julgará pela primeira vez um caso do tipo, que pode resultar na cassação do mandato de um parlamentar bolsonarista que usou redes sociais para veicular fake news sobre urnas, em 2018. Acusação sem prova contra o sistema eleitoral é uma bandeira de Jair Bolsonaro e seus aliados. O caso específico é o de Fernando Francischini (PSL), deputado estadual mais votado no Paraná em 2018. No dia da eleição e com a votação ainda aberta, ele usou uma live no Facebook para dizer que duas urnas estavam fraudadas e não estariam permitindo o voto em Bolsonaro. Fonte: Folha de S. Paulo

Rosa Weber encaminha ação contra Alcolumbre para manifestação da PGR. A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), encaminhou à Procuradoria-Geral da República (PGR) notícia-crime contra o senador Davi Alcolumbre, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. A ação diz respeito à demora na realização da sabatina do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública André Mendonça, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro à vaga de ministro do STF. A peça, apresentada no Supremo por um advogado, aponta suposto cometimento dos crimes de discriminação religiosa, de responsabilidade e concussão; este último caracterizado quando um agente público usa seu cargo para exigir algum tipo de vantagem indevida. O encaminhamento da notícia-crime para a PGR é um procedimento de praxe, pois cabe a essa instituição conduzir eventual investigação ou tomar outras providências que entender cabíveis. Fonte: Agência Brasil

Aras diz que 'tem tido conversas' sobre a possibilidade de ser indicado ao STF. O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou em entrevista a “Band News” que “tem tido conversas” sobre a possibilidade de ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele negou, porém, que tenha se candidatado ao posto e disse que “até este momento” não recebeu convite do presidente Jair Bolsonaro. “Eu admito que a conversa sempre ocorra, inclusive nos encontros fortuitos ou não, nos jantares ou encontros em um corredor, em uma seção. Todavia, eu não me candidatei a ministro do Supremo. Estou em um cargo de procurador da República(...) se em algum momento da minha vida eu for distinguido pelo presidente da República com a indicação, será uma grande honra”, disse Aras, acrescentando: “O convite não houve até esse momento”. Fonte: O Globo

Após embate com Alcolumbre, Bolsonaro afirma apoio a André Mendonça. O presidente Jair Bolsonaro voltou a fazer uma nova demonstração de apoio ao ex-advogado Geral da União André Mendonça indicado à vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal. Em seu gabinete, no Palácio do Planalto, na quinta-feira, Bolsonaro reiterou ser “zero” a chance de substituir a indicação do nome “terrivelmente evangélico” para a Corte Suprema. Mendonça espera há mais de três meses que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), Davi Alcolumbre (DEM-AP), pautar sua sabatina no colegiado. Em meio à queda de braço travada com Alcolumbre, Bolsonaro tem repetido que se o senador quer indicar alguém para o Supremo, que dispute a eleição para a Presidência da República, pois assim poderá fazer duas indicações no primeiro semestre de 2023. Fonte: O Globo

Corregedor libera para julgamento pedidos de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão. O ministro Luis Felipe Salomão, corregedor do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), liberou para julgamento duas ações que pedem a cassação da chapa do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e de seu vice, Hamilton Mourão, pelo suposto impulsionamento ilegal de mensagens nas eleições de 2018. Os processos devem ser analisados até o fim deste mês. Salomão divulgou na sexta-feira (15) os relatórios dos processos. Os documentos foram encaminhados ao MPE (Ministério Público Eleitoral). Reúnem o andamento das investigações e as manifestações das partes. Os dois pedidos de cassação da chapa foram feitos pela coligação “O Povo Feliz de Novo”, formada por PT, PC do B e Pros. De acordo com os processos, Bolsonaro cometeu abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Fonte: Poder 360

Covid-19

Fiocruz entrega 3,9 milhões de doses da Astrazeneca ao Ministério da Saúde na sexta (15). Uma nova remessa de vacinas Covid-19 da Astrazeneca foi entregue ao Ministério da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na sexta-feira (15). São mais 3,9 milhões de doses que chegam para fortalecer o Programa Nacional de Imunização (PNI). Das mais de 310 milhões de doses distribuídas pelo Ministério da Saúde aos estados, 105,8 milhões são da Astrazeneca. As vacinas são distribuídas aos estados e ao Distrito Federal de forma proporcional e igualitária depois de acordo entre representantes da União, estados e municípios. Fonte: ASCOM MS

Fiocruz recomenda o uso do passaporte da vacina na retomada de atividades. A Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) divulgou na sexta-feira (15) uma nova edição do Boletim Observatório Covid-19, que recomenda o passaporte da vacina como uma “política pública de estímulo à vacinação e proteção coletiva”. O documento defende que além da elevada cobertura vacinal, também deve haver a associação de “outras medidas”, como o uso do passaporte da vacina e da máscara de proteção, já recomendada pelo Fiocruz anteriormente. Fonte: Poder 360

Último Foco

Entidades divulgam Painel LGPD nos Tribunais com as mais importantes decisões judiciais. O Centro de Direito, Internet e Sociedade (CEDIS-IDP) do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e o Jusbrasil apresentaram na sexta-feira, 15, o Painel LGPD nos Tribunais, uma seleção das mais importantes decisões judiciais que envolvem a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), analisadas em uma série de artigos, juntamente com acesso facilitado ao seu conteúdo. Essa parceria deu-se no âmbito do IDP Privacy Lab, projeto que visa promover estudos avançados sobre Proteção de Dados e Direitos Fundamentais. O tema central do projeto é a análise da jurisprudência sobre LGPD no primeiro ano de vigência da Lei. Trata-se de uma parceria, que une esforços e experiências de dezenas de profissionais em uma iniciativa que, esperamos, possa contribuir decisivamente para o debate brasileiro em matéria de proteção de dados pessoais a partir de precedentes judiciais. Fonte: TI Inside

Governo simplifica participação em compras públicas com novas funcionalidades no aplicativo. O Ministério da Economia (ME) lançou na sexta-feira (15/10) uma nova versão do aplicativo Compras.gov.br, com funcionalidades que facilitam a participação dos fornecedores nos processos de contratação pública realizados no sistema. Por meio da ferramenta, o licitante poderá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e acompanhar as oportunidades disponíveis para fornecimento de produtos e serviços ao governo. Além disso, União, estados e mais de três mil municípios que utilizam o Compras.gov.br poderão acompanhar as etapas do processo de contratação de forma simplificada. Com as novas funcionalidades, desenvolvidas em parceria com o Serpro – Empresa de Tecnologia do Governo Federal – e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), os fornecedores poderão acompanhar o calendário de compromissos do aplicativo vinculando-o às suas agendas pessoais. O aplicativo permite o credenciamento de empresas independentemente do seu porte, de forma gratuita e sem burocracia. “A partir do credenciamento, utilizando a conta GOV.BR, abrimos a possibilidade de mais fornecedores nos processos de compras. Com isso, diminuímos as barreiras de entrada e ampliamos as possibilidades de negociação disponíveis dentro do governo”, avalia o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME, Caio Mario Paes de Andrade. Fonte: ASCOM ME

Entidades pedem liberação de recursos para ciência e tecnologia. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e outras entidades da área de ciência, tecnologia e inovação realizaram na sexta-feira (15) uma mobilização em defesa do setor. A iniciativa teve como objetivo pressionar autoridades públicas para recuperar e liberar o orçamento da área, que teve redução de R\$ 690 milhões. Hoje, oito entidades da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br) enviaram uma carta ao ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, para a liberação dos R\$ 2,7 bilhões ainda existentes no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em 2021. Fonte: Agência Brasil

“Liberdade de expressão não é mentira”, diz relatora da CPMI das Fake News. A deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) afirma que “liberdade de expressão não é mentira”. A congressista é relatora da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) das Fakes News, suspensa desde o início da pandemia e que deve ter os trabalhos retomados nos próximos meses. Para ela, muitos não querem que exista debate sobre as redes sociais porque isso iria ferir a liberdade de expressão. “Mentira é uma coisa, caluniar é uma coisa e liberdade de pensamento é outra”, afirmou. Fonte: Poder 360

Relator da CPI da Covid aponta Bolsonaro como integrante do 'núcleo de comando' de rede de fake news. O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros, aponta Jair Bolsonaro como integrante do 'núcleo de comando' de uma rede de disseminação de fake news durante a pandemia. Em seu parecer prévio, obtido pelo GLOBO, o parlamentar afirma que o presidente e seus filhos Flávio, Eduardo e Carlos — respectivamente senador, deputado federal e vereador pelo Rio — são “a cabeça da organização” de propagação de notícias falsas. Segundo o relator, no total, a CPI vai pedir indiciamento de Bolsonaro por 11 crimes. Bolsonaro reagiu e ironizou a intenção de Renan, chamando o relator de “bandido”. “Esse núcleo tem a função de dirigir a organização e orientar estrategicamente as ações realizadas nos níveis inferiores da hierarquia, dando-lhes diretrizes e informando-lhes de prioridades de ação”, diz trecho do relatório. O parecer aponta que o grupo de comando é hierarquicamente superior a outros quatro núcleos de fake news: formulador, político, de produção e disseminação, e de financiamento”, diz o relatório que propõe o indiciamento de Bolsonaro por incitação ao crime e por estimular o desrespeito a medidas de proteção sanitária. Fonte: O Globo

Golpes virtuais fizeram mais de 150 milhões de vítimas em 2021, diz PSafe. Já são mais de 150 milhões de vítimas no Brasil em 2021 do phishing, golpe virtual que engana as vítimas com sites e aplicativos falsos que se passam por empresas ou pessoas famosas. A estimativa é do dfndr lab, laboratório especializado em cibersegurança da PSafe. O golpe tem como maiores alvos os colaboradores das empresas e seu maior risco é o vazamento de dados, segundo a PSafe. O objetivo da fraude é conseguir informações confidenciais do usuário. Geralmente oferece falsas promoções, brindes ou uma solicitação de atualização. Fonte: Poder 360

GSI homologa Habilitação de Segurança do Ministério das Comunicações. Na quarta-feira (13), o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e o ministro das Comunicações, Fábio Faria, participaram da Cerimônia para formalizar a assinatura de Portaria que homologou a Habilitação de Segurança do Ministério das Comunicações como Órgão de Registro Nível 1 no Tratamento da Informação Classificada. A Lei de Acesso à Informação, além de regular a publicidade e a transparência das Informações, também ampliou as medidas de segurança da informação por meio da classificação, permitindo, assim, a manutenção do sigilo de documentos e a adoção de procedimentos para reduzir a quebra de segurança de assuntos de interesse da Sociedade e do Estado Brasileiro. Fonte: ASCOM Governo do Brasil

Comissão de Educação avalia sistema de pós-graduação no Brasil. A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados avalia na segunda-feira (18) o quadriênio 2017-2020 do sistema de avaliação da pós-graduação e a atuação do Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES) da Capes. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é vinculada ao Ministério da Educação e atua na expansão e consolidação da pós-graduação em todo o País. A Capes também responsável por avaliar a cada quatro anos os cursos que conferem diplomas oficiais de mestrado e doutorado. “A avaliação quadrienal possui importância central para garantir a qualidade da pós-graduação brasileira e identificar os programas que atendem ao padrão de qualidade exigido para cada nível de curso, possibilitando assim, a renovação do seu reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação”, explica o deputado Rogério Correia (PT-MG), que pediu a realização da audiência. Fonte: Agência Câmara

Entidades afirmam que fala de ministro representa retrocesso no ensino de pessoas com deficiência. Recentemente, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, ao falar em uma entrevista na televisão sobre a problemática da inclusão no País, afirmou que a presença de crianças com deficiência em salas regulares atrapalha o aprendizado dos outros alunos, pois os professores não têm equipe para ajudá-los nessa tarefa. No ano passado, o MEC sinalizou sua forma de tratar a educação de pessoas com deficiência ao assinar, juntamente com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Decreto 10.502/20, que define uma nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE). Para o representante da Rede de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Rodrigo Hubner, que participou na sexta-feira (15) de reunião virtual da Comissão

de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara, a fala do ministro e o posicionamento do MEC representam o desconhecimento dos benefícios que a educação inclusiva proporciona a todos os alunos. Fonte: Agência Câmara

MEC lança programa que vai levar laboratórios de tecnologia a professores. Cada estado do país vai poder contar com um laboratório com equipamentos tecnológicos para ser usado na formação continuada de professores e gestores de escolas públicas. A iniciativa faz parte do Programa LABCRIE (Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica), lançado pelo Ministério da Educação, na manhã da sexta-feira (15), dia do professor. O investimento do Governo Federal será de R\$ 17 milhões. Todos os estados que aderirem ao programa vão receber um laboratório totalmente mobiliado e equipado, contendo notebooks, projetores, impressoras, kits de eletrônica e robótica, entre outros equipamentos e insumos. Segundo o MEC, a iniciativa de formação continuada estimula os professores e os gestores da rede pública de ensino a ampliarem a cultura de inovação com fins pedagógicos. Fonte: ASCOM Governo do Brasil

Bolsonaro sanciona corte de R\$ 600 milhões no Ministério da Ciência. O presidente Jair Bolsonaro sancionou na sexta a lei que promoveu um corte de cerca de R\$ 600 milhões em crédito suplementar que seria destinado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A medida foi criticada por toda a comunidade científica e pelo próprio ministro Marcos Pontes, que a classificou como "falta de consideração". O projeto de lei de crédito suplementar 16/2021 foi aprovado na semana passada pelo Congresso Nacional. Originalmente, ele destinava R\$ 690 milhões ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para ações da Comissão Nacional de Energia Nuclear e para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No entanto, a pedido da equipe econômica, em um ofício assinado pelo ministro Paulo Guedes, os recursos foram redirecionados a vários outros órgãos. Fonte: Valor Econômico

Prefeitos querem tirar obrigatoriedade de Caixa e Banco do Brasil no Fundeb. Prefeituras tentam mudar no Congresso uma lei sancionada no fim do ano passado que as obriga a manter e movimentar os recursos do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) exclusivamente no Banco do Brasil ou na Caixa. Muitas têm contrato com outros bancos e a rescisão desses acordos poderia acarretar pagamento de multa, informa a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Além disso, mais de metade das cidades brasileiras não tem agência de nenhuma das duas instituições federais. "A União diz que o dinheiro do Fundeb é dela, mas não é", afirmou ao Valor o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. A maior parte dos recursos que alimenta esse fundo tem origem nos Estados e nos municípios. O governo federal aporta dinheiro em apenas nove Estados para complementar o valor do fundo, disse. Fonte: Valor Econômico

Conselho de Ciência e Tecnologia do MCTI se reúne com representantes da indústria e do ensino superior. Em reunião realizada na quinta-feira (14) no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT) debateu importantes ações para a continuidade do desenvolvimento das pesquisas e estudos científicos em suas diferentes frentes. Participaram do encontro representantes de entidades da indústria e educação superior. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, astronauta Marcos Pontes destacou a importância da união de diferentes setores em favor da ciência brasileira. "Um esforço em conjunto trará resultados positivos para todo o país. Todos os setores precisam da ciência e tecnologia. Agricultura, infraestrutura, educação, indústria, todos. Juntos, com o uso e avanço da tecnologia, conseguiremos ter um Brasil renovado. Nós temos uma infraestrutura de pesquisa forte, mas que deve ser melhorada sempre", argumentou o ministro. Fonte: ASCOM MCTI